

# Educar para o “são patriotismo”: o ensino de História e a Educação Primária catarinense nas décadas de 1910-1930<sup>1</sup>

## *Educating for the "patriotism": History teaching and Primary Education of Santa Catarina in the decades of 1910-1930*

Luiza Pinheiro Ferber<sup>2</sup>  
Cristiani Bereta da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** Pretende-se discutir a seleção de saberes históricos para a Educação Primária catarinense nas primeiras décadas do século XX, destacando-se seus usos e atribuições de finalidades para a conformação de sujeitos patrióticos. A ideia é problematizar a seleção e organização desses saberes destinados aos Grupos Escolares, considerados símbolos do projeto educacional da República, e às Escolas Isoladas, tidas como representantes do atraso. Para essa discussão selecionaram-se programas de ensino e relatórios das primeiras décadas do século XX. Estes serão analisados como documentos/monumentos, percebidos como instrumentos de poder, cujos discursos não têm relação direta com as práticas que designa, mas que informam representações de práticas que possuíam razões, códigos, finalidades e destinatários específicos que dão a ler e interpretar as marcas e interesses sociais de um determinado tempo.

**Palavras-chave:** ensino de História, educação primária, programas de ensino.

**Abstract:** The aim of this article is to discuss the selection of historical knowledge for the Primary Education of Santa Catarina, by the first decades of the twentieth century, highlighting their uses and assignments with purpose for the conformation of patriotic subjects. The main idea is to debate about the selection and organization of this knowledge within the School Groups, considered symbols of the Republic educational project and the Isolated Schools, known as the delay representatives. For the following discussion were selected educational programs and reports from the first decades of the twentieth century. They will be analyzed as documents /monuments and perceived as instruments of power, whose speeches are not directly related to the practices they hold, but that still inform representations of practices with reasons, codes, specific purposes and recipients that led to read and interpret the marks and the social interests of a particular time.

**Keywords:** History teaching, primary education, education programs.

## Introdução

As nossas escolas isoladas, pesa-me dizê-lo, não produzem em geral nenhum resultado apreciável.<sup>4</sup>

Esta frase foi destinada ao então governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt, escrita pelo secretário-geral dos Negócios do Estado, Fulvio Aducci, em um relatório feito anualmente para apresentar ao governador os resultados dos serviços realizados na administração pública do Estado. Na parte do relatório que cabe à

<sup>1</sup> Este artigo constitui recorte de pesquisas mais abrangentes desenvolvidas pelas autoras. Trata-se das pesquisas: *Nação e Região: uma leitura a partir das culturas política e das políticas para o ensino de História em Santa Catarina nas décadas de 1930 a 1940*, coordenada por Cristiani Bereta da Silva e financiada pelo CNPq (Edital 18/2012 Ciências Humanas – Processo 406185/2012-3), e *Um mal necessário? O lugar das Escolas Isoladas no projeto político republicano* (Santa Catarina 1911-1928), pesquisa de mestrado desenvolvida com apoio de bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia, com Habilitação em Orientação Educacional pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC, na linha História e Historiografia da Educação. Bolsista (FAPESC). E-mail: luizaferber@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História, em Educação e do Mestrado Profissional em Ensino de História da UDESC. Bolsista produtividade em pesquisa do CNPq. E-mail: cristianibereta@gmail.com.

<sup>4</sup> SANTA CATARINA. SCHMIDT, Felipe. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo**. Florianópolis: Gab. Typ. D' O Dia, 1915, p.15. Informamos que, com o objetivo de facilitar a leitura, atualizamos a grafia das citações dos livros e dos documentos, seguindo as atuais normas ortográficas da língua portuguesa.

Instrução Pública, o secretário relata a importância de contar com pessoas capacitadas para o melhoramento e crescimento da educação, além de falar sobre a precariedade das Escolas Isoladas, que não condiziam com os ideais republicanos valorizados à época. Há outro trecho do mesmo relatório que pode exemplificar melhor a questão:

O ensino só dará bons frutos quando ministrado por pessoal competente, que disponha do material pedagógico indispensável. Daí a necessidade de construir prédios para as escolas e muni-las de mobiliário adequado e de todos os aparelhos necessários à educação intelectual e física.<sup>5</sup>

Quanto às Escolas Isoladas, o secretário alega que o trabalho dos professores é prejudicado pela maneira como a instituição estava organizada:

Os professores das escolas isoladas, em grande parte, limitam-se a ensinar a um número resumido de alunos as noções mais elementares e pelos métodos mais atrasados. Sem estímulos e sem fiscalização, a maioria dos mestres escolas vai desempenhando as suas funções tanto quanto baste para justificar a percepção dos seus vencimentos.<sup>6</sup>

Nesse momento histórico os discursos inscreviam as instituições escolares como uma das principais responsáveis para inculcar no povo os ideais de progresso e modernidade tão valorizados no projeto republicano. Educar o povo passava pelo desafio de regenerá-lo, de combater os maus costumes, os vícios, a indolência<sup>7</sup>. Foi sob esse projeto educacional, os signos do novo cidadão e da educação moderna que foram criados os Grupos Escolares. Em Santa Catarina o primeiro Grupo Escolar foi inaugurado no ano de 1911, na cidade de Joinville. No ano seguinte, em 1912, foi a vez da capital, Florianópolis, ter o seu primeiro Grupo Escolar, o Lauro Müller, localizado no centro da cidade. Apesar de públicas, poucos tinham acesso a essas instituições, pois elas “funcionaram como vitrines, mas expunham um produto que não estava à venda; deveria ser reverenciado, admirado, mas estava disponível para poucos”<sup>8</sup>. Nessa direção deve-se destacar que os grupos escolares só eram instalados nos centros urbanos de maior porte e que possuísem no mínimo 300 crianças em idade escolar, dos 7 aos 14 anos. Portanto, na grande maioria dos municípios catarinenses a única possibilidade de acesso à escola primária ainda eram as Escolas Isoladas.<sup>9</sup>

**Imagem 1: Grupo Escolar Lauro Müller – Florianópolis, década de 1910<sup>10</sup>**      **Imagem 2: Escola Isolada Paulo Rizzieri, 1930. Morro do Albino, Criciúma<sup>11</sup>**

---

<sup>5</sup> Idem, p. 62.

<sup>6</sup> Idem, p. 63

<sup>7</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário** no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008, p.36.

<sup>8</sup> SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Vitrines da República: Os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.) **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2006, p. 341-376, p. 344.

<sup>9</sup> TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **Uma vez normalista, sempre normalista: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico** (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008

<sup>10</sup> TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A Escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas: Mercado das Letras, 2011, p. 38.

<sup>11</sup> Arquivo Particular D. Othília Cardoso de Oliveira (D. Lili). Cópia digitalizada GRUPEHME.



Como os Grupos Escolares estavam disponíveis para poucos, as Escolas Isoladas – herdadas do Império – ainda seguiam abrigando e instruindo mais meninos e meninas do que os Grupos Escolares<sup>12</sup>. Com a instauração do regime republicano, elas foram reorganizadas para melhor se adequarem ao novo modelo político. O advento da República propagava novos ideais, valores e ideologias que repercutiram em diferentes setores da sociedade, e com o cenário educacional não foi diferente. Essas instituições escolares eram localizadas em zonas rurais ou suburbanas e funcionavam em sistema multisseriado, ou seja, um único docente lecionava, ao mesmo tempo, para alunos do 1º, 2º e 3º ano, geralmente em uma casa, que podia ser do próprio docente, no salão de uma igreja ou em alguma casa cedida pela comunidade. Pode-se dizer que as Escolas Isoladas eram mais típicas da área rural, porém sua existência no espaço urbano também ocorreu, como evidenciam relatórios de inspeção, por exemplo. Entretanto, essas instituições escolares não condiziam com o projeto republicano, pelo fato de não demonstrarem, principalmente em sua estrutura física, o poder e a modernidade. Resumindo: elas não eram “vitrines da República”<sup>13</sup>, ao contrário dos Grupos Escolares, para onde se voltavam todas as atenções políticas, não só em Santa Catarina como em todo o país.

A avaliação de Fulvio Aducci sobre as Escolas Isoladas precisam ser lidas nessa chave e também como parte dos esforços, em andamento em 1915, de uma ampla e significativa reforma na instrução pública catarinense, iniciada em 1910. Nesse ano o então governador Vidal Ramos contratou o professor paulista Orestes de Oliveira Guimarães como inspetor-geral da Instrução Pública, cargo criado para que ele pudesse modernizar a instrução pública no Estado e, assim, alinhar Santa Catarina ao projeto republicano em curso. A reforma “Orestes Guimarães” levou a cabo uma série de mudanças no âmbito da organização educacional do Estado, inaugurando novas formas de escolarização e de métodos de ensino. Na esteira dessas mudanças, os programas de ensino receberam atenção especial. Entre 1911 e 1928 foram publicados quatro programas de ensino destinados à Educação Primária catarinense. Tais programas trazem chaves de leitura importantes para se compreender como os intelectuais e dirigentes – que foram investidos e autorizados a pensar e organizar a educação catarinense – participaram da construção de sentidos de mundo, de normas e condutas de grupos e de indivíduos nesse momento histórico específico. As seleções de conteúdos desses programas evidenciam práticas discursivas e representações capazes de evidenciar relações de poder, formas de impor autoridade e, a partir disso, legitimar um projeto reformador a fim de justificar, para os próprios indivíduos, as escolhas e interesses partilhados por um grupo<sup>14</sup>. Em seus aspectos simbólicos e políticos essas chaves de leitura também possibilitam interpretar as marcas e interesses sociais que produziam e reproduziam a História como disciplina escolar.

Nessa direção, a proposta desse artigo é discutir a seleção de saberes históricos para a Educação Primária catarinense nas primeiras décadas de século XX, destacando-se seus usos e atribuições de finalidades

<sup>12</sup> Sobre esses dados e as Escolas Isoladas ver: HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. **Escolarização da Infância Catarinense: a normatização do ensino público primário (1910-1935)**. 210 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba/PR, Universidade Federal do Paraná.

<sup>13</sup> SILVA, Vera Lucia Gaspar da, 2006, op. cit.

<sup>14</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002, p.17.

para a conformação de sujeitos patrióticos. A ideia é problematizar a seleção e organização desses saberes destinados aos Grupos Escolares, considerados símbolos do projeto educacional da República, e às Escolas Isoladas, tidas como representantes do atraso. Atenta-se aqui para as diferenças operadas nessas seleções: instituições diferentes, propostas de ensino diferentes. Para essa discussão selecionaram-se programas de ensino e relatórios das primeiras décadas do século XX, os quais foram analisados como documentos/monumentos, pois a partir de Le Goff<sup>15</sup> compreende-se que esses documentos são vestígios do passado que se ligam ao poder de perpetuação da história de uma dada sociedade como legados à memória coletiva. São documentos/monumentos porque sobreviveram à passagem do tempo por uma operação de escolha de um grupo que desejou legar ao futuro determinada imagem de si próprio; e também porque o reconhecimento da importância desse mesmo grupo permitiu que esses documentos fossem guardados e arquivados, protegidos da destruição, do esquecimento. Além disso, a operação historiográfica empreendida reiterou mais uma vez essa relação de força porque esses documentos e não outros foram selecionados para compor o conjunto da análise aqui proposta.

Tais discursos e formas de organizar os saberes destinados à Educação Primária, especialmente os históricos, também são lidos e interpretados como instrumentos de poder, cujos discursos não têm relação direta com as práticas que designa, mas que informam representações de práticas que possuíam razões, códigos, finalidades e destinatários específicos que dão a ler e interpretar as marcas e interesses sociais de um determinado tempo. Isso porque, conforme lembra Roger Chartier, “as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam, daí o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”<sup>16</sup>. Nessa chave, também buscamos aprofundar a noção de representação articulando-a à noção de poder, aqui entendido a partir das contribuições de Michel Foucault, como uma operação produtiva, compreendida no conjunto de práticas discursivas construídas historicamente. Os discursos dados a ler em diferentes relatórios e os programas de ensino não são produtos de um poder puramente repressivo, mas sim de um exercício operado como tecnologias políticas, que constrói saberes, posições e sujeitos. “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”<sup>17</sup>.

### **Programas de Ensino para a Educação Primária catarinense**

Historicamente programas de ensino, assim como todas as questões que envolvem os currículos, são construídos em meio a concorrências e disputas. São práticas operadas no interior de um conjunto de posições estratégicas, de exercício do poder. Em Santa Catarina os programas instaurados nas primeiras décadas do século XX foram responsáveis pela formação histórica das crianças e jovens matriculados em Grupos Escolares, Escolas Isoladas e Escolas Normais. Os conteúdos de ensino selecionados continham elementos fundamentais para a formação que se pretendia dar aos sujeitos escolarizados da época. Para Ivor Goodson “é politicamente ingênuo e conceitualmente inadequado afirmar que ‘o importante é a prática em sala de aula’ [...], pois o que importa é ‘compreender os parâmetros anteriores à prática’”<sup>18</sup>, no sentido em que o currículo escrito é um testemunho visível, público e sujeito a mudanças com o único objetivo de legitimar uma escolarização. O processo de elaboração do currículo escrito é um processo pelo qual se inventa tradição, uma tradição seletiva, arbitrária, do que é legitimamente considerado de valor e útil para ser ensinado.

A elaboração dos programas de ensino para o Primário apresentam sensíveis diferenças entre os destinados às Escolas Isoladas e aqueles destinados aos Grupos Escolares. Isso não se deve apenas ao fato de que os Grupos Escolares eram seriados e organizados em quatro anos, diferentemente das Escolas Isoladas, que se caracterizavam por oferecer ensino multisseriado organizado em três anos. Tais diferenças precisam ser compreendidas como parte das tecnologias de poder que fazem parte da construção de um currículo. Ivor Goodson observou que a escolarização criou grupos distintos de alunos, bem como tratamentos diferenciados para cada grupo. Cada grupo social requeria tratamento apropriado. Não se tratava apenas de diferenças

<sup>15</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5. Ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger, 2002, op. cit., p.17.

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. 8.

<sup>18</sup> GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995, p. 21.

assentadas puramente em *status* social e classe, mas também de elaborar mecanismos de diferenciação a partir de outras estratégias, por exemplo conteúdos diferentes para grupos diferentes<sup>19</sup>.

A fim de melhor situar a discussão, abaixo se encontram algumas tabelas elaboradas com o intuito de mostrar os programas de ensino das Escolas Isoladas e dos Grupos Escolares dos anos de 1911, 1914, 1920 e 1928, com as quais se identifica a seleção de disciplinas para essas duas instituições.

**Tabela 1 – Programas de Ensino das Escolas Isoladas e dos Grupos Escolares de 1911**

ESCOLAS ISOLADAS				GRUPOS ESCOLARES			
Disciplina	Primeiro	Segundo	Terceiro	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto
Leitura	X	X	X	X	X	X	X
Linguagem	X	X	X	X	X	X	X
Aritmética	X	X	X	X	X	X	X
Geografia	X	X	X	X	X	X	X
História	–	–	X	–	X	X	X
Canto	X	X	X	X	X	X	X
Ginástica	–	–	X	–	–	–	–
Trabalho	–	X	X	X	X	X	X
Ciências Físicas e Naturais	–	–	–	X	X	X	X
Geometria	–	–	–	X	X	X	X
Educação Cívica e Moral	X	X	X	–	X	X	X
Ginástica e Exercícios Militares	–	–	–	–	X	X	X
Geografia e Cosmografia	–	–	–	–	–	X	–

Fonte: Elaborada por Luiza Ferber a partir dos Programas de Ensino do ano de 1911<sup>20</sup>.

O programa de ensino do ano de 1911 foi o primeiro da Reforma da Instrução Pública Catarinense. Assinala com clareza um dos principais objetivos de reformadores e políticos: proporcionar por meio da educação e da instrução o começo do caráter do futuro cidadão republicano. As disciplinas contidas nessa tabela mostram apenas a seleção para as Escolas Isoladas e os Grupos Escolares. Há no documento oficial os conteúdos que cada matéria deveria abranger, porém na mesma disciplina estes são um pouco distintos para cada instituição escolar. Como exemplo, segue abaixo o proposto para a matéria de aritmética destinada ao 2º ano das escolas.

Para os Grupos Escolares:

As quatro operações até 100, inclusive conhecimento de  $\frac{1}{2}$ ,  $\frac{1}{3}$ ,  $\frac{1}{4}$  etc. Tabuada de multiplicar e de dividir até 12. Formação de unidades, dezenas, centenas e milhares. Soma e subtração. Multiplicação e divisão: casos simples. Sistema métrico. Exercícios práticos sobre pesos e medidas. Cálculo mental. Problemas e algarismos romanos.<sup>21</sup>

Para as Escolas Isoladas:

“Programa – ler e escrever números; soma e subtração, estudo completo; multiplicação e divisão; cálculos mentais, números; problemas sobre a soma, sobre a subtração e, combinadamente, sobre a soma e subtração. (Não é permitido o uso de compêndio)”.<sup>22</sup>

**Tabela 2 – Programas de Ensino das Escolas Isoladas e Grupos Escolares de 1914**

ESCOLAS ISOLADAS				GRUPOS ESCOLARES			
Disciplina	Primeiro	Segundo	Terceiro	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto

<sup>19</sup> Idem, p. 36.

<sup>20</sup> SANTA CATARINA. Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina. Aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 587 de 22 de abril de 1911,

<sup>21</sup> SANTA CATARINA, op. cit., 1911, p.5.

<sup>22</sup> Idem, p. 19.

Leitura	X	X	X	X	X	X	X
Linguagem	X	X	X	-	-	-	-
Caligrafia	X	X	X	X	X	X	X
Aritmética	X	X	X	X	X	X	X
Geografia	X	X	X	X	X	X	X
História	-	-	X	X	X	X	X
Canto	X	X	X	X	X	X	X
Ginástica	-	-	X	X	X	X	X
Trabalho	-	X	X	X	X	X	X
Linguagem Oral	-	-	-	X	X	X	X
Linguagem Escrita	-	-	-	X	X	X	X
Elementos de Ciências e de Higiene	-	-	-	X	X	X	X
Desenho	-	-	-	X	X	X	X
Geometria	-	-	-	-	X	X	X
Botânica	-	-	-	-	X	X	X
Zoologia	-	-	-	-	X	X	X
Física e Química	-	-	-	-	X	X	X
Mineralogia	-	-	-	-	-	X	X
Educação Moral e Cívica	-	-	X	-	X	X	X

Fonte: Elaborada por Luiza P. Ferber a partir dos Programas de Ensino do ano de 1914<sup>23</sup>.

O programa de ensino do ano de 1914 não tem muita mudança quanto à seleção das disciplinas, principalmente para as Escolas Isoladas. A única alteração foi a retirada da matéria de Educação Moral e Cívica do 1º e 2º ano. A explicação dos conteúdos também continua reduzida e superficial. Em contrapartida, nos Grupos Escolares a descrição dos conteúdos está mais extensa e detalhada em todas as matérias.

**Tabela 3 – Programas de Ensino das Escolas Isoladas e Grupos Escolares de 1920**

Disciplina	ESCOLAS ISOLADAS			GRUPOS ESCOLARES			
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto
Português <sup>24</sup>	X	X	X	X	X	X	X
Aritmética	X	X	X	X	X	X	X
Caligrafia	X	X	X	-	-	-	-
Geografia	X	X	X	X	X	X	X
Higiene	X	X	X	X	X	X	X
Canto	X	X	X	-	-	-	-
Ginástica	X	X	X	X	X	X	X
História	-	X	X	-	X	X	X
Educação Moral e Cívica	-	X	X	X	X	X	X
Geometria e Desenho	-	X	X	-	X	X	X
Trabalhos	-	X	X	X	X	X	X
Lições de Coisas	-	-	-	X	X	X	X
Música	-	-	-	X	X	X	X
Noções <sup>25</sup> de Ciências Físicas e Naturais e de Higiene	-	-	-	-	X	X	X

<sup>23</sup> SANTA CATARINA. Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina. Aprovado e mandado observar pelo decreto n. 796 de 2 de maio de 1914.

<sup>24</sup> Língua Portuguesa era dividida em: leitura, linguagem oral e linguagem escrita.

<sup>25</sup> Esta disciplina consistia nas disciplinas de: Zoologia, Mineralogia, Física, Química, Botânica.

Fonte: Elaborada por Luiza P. Ferber a partir dos Programas de Ensino do ano de 1920<sup>26</sup>

O programa de ensino do ano de 1920 veio com algumas adições de disciplinas para as Escolas Isoladas, tornando seu currículo mais denso e com mais abrangência. As novas matérias para essa instituição escolar são: Higiene para as três turmas, Geometria e Desenho para o 2º e 3º ano. Além disso, Ginástica, que antes era apenas para o último ano, nesse programa passou a contemplar os dois primeiros anos também, e a disciplina de História, que era lecionada somente para o 3º ano, começou a ser ensinada também para o 2º ano.

A nova disciplina inserida no programa das Escolas Isoladas tem a maioria de seu conteúdo basicamente voltada para as instituições que se encontram em zonas rurais. A descrição do que deveria ser ensinado aos alunos sobre higiene no programa de ensino é a seguinte:

Moléstias que mais atacam os lavradores. Como evitá-las e curá-las. As águas estagnadas e os males delas resultantes. Salubridade das habitações rurais. Necessidade de afastar das habitações os currais, chiqueiros, estrebarias e estrumeiras. Mãos limpas às horas das refeições. O álcool e seus terríveis efeitos. Higiene individual e domiciliária. Palestras sobre as vantagens da vida independente e sã dos lavradores e criadores.<sup>27</sup>

Percebe-se que todo o conteúdo da disciplina de higiene é uma questão de conscientização que primeiro precisa que as crianças aprendam e apreendam bem cada tópico, para que passem a seus familiares e criem uma reação em cadeia de conhecimento sobre os tópicos abordados nas Escolas Isoladas.

**Tabela 4 – Programas de Ensino das Escolas Isoladas e Grupos Escolares de 1928**

Disciplina	ESCOLAS ISOLADAS			GRUPOS ESCOLARES			
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto
Português	X	X	X	X	X	X	X
Caligrafia	X	X	X	X	X	X	X
Higiene	X	X	X	–	X	X	X
Agricultura	X	X	X	–	X	X	X
Canto	X	X	X	X	X	X	X
Ginástica	X	X	X	X	X	X	X
Geografia	–	X	X	X	X	X	X
Ed. Moral e Cívica	–	X	X	X	X	X	X
Desenho	–	X	X	–	X	X	X
Trabalhos	–	X	X	X	X	X	X
História	–	X	X	X	X	X	X
Geometria	–	–	–	–	X	X	X
Botânica	–	–	–	–	–	X	X
Zoologia	–	–	–	–	–	X	X
Fisiologia	–	–	–	–	–	–	X
Física	–	–	–	–	–	–	X

Fonte: Elaborada por Luiza P. Ferber a partir dos Programas de Ensino do ano de 1928<sup>28</sup>

O programa do ano de 1928 foi o último da Reforma da Instrução Pública de 1911 e antes da Reforma Trindade, de 1935<sup>29</sup>. A única inserção de disciplina para as Escolas Isoladas é a de Agricultura, enquanto as disciplinas de Aritmética e Geometria não fazem mais parte do programa de ensino dessas escolas.

A partir dos dados disponíveis nas tabelas, as quais foram elaboradas com base nos Programas de Ensino dos anos de 1911, 1914, 1920 e 1928, é possível confirmar que havia para as duas instituições escolares disciplinas iguais, porém o conteúdo e os valores selecionados para a instrução das crianças eram bem diferentes. Nesse sentido, é importante entender que o que se universaliza é o acesso ao ensino primário, e não

<sup>26</sup> SANTA CATARINA. Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina. Aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 1322 de 29 de outubro de 1920.

<sup>27</sup>Idem, p.7.

<sup>28</sup> SANTA CATARINA. Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina. Aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 2.218 de 24 de outubro de 1928.

<sup>29</sup> Reforma do ensino catarinense (Decreto n. 713 de 8 de janeiro de 1935) ocorrida no governo de Nereu Ramos e que teve à frente Luiz Bezerra da Trindade, diretor da Instrução Pública do Estado.

o tipo de ensino, ou seja, o método de ensino de cada instituição era escolhido de acordo com o cotidiano escolar. Por exemplo, no programa de ensino de 1911 das Escolas Isoladas estava prescrito para a disciplina de Aritmética do 1º ano o seguinte conteúdo:

Programa – contar de um até 10; de 10 até 20; de 20 até 50; de 50 até 100, (quadro de Parker), de 100 até 200; de 200 até 300; de 300 até 500; 600; 700; 800; 900 e 1000. Somar, subtrair, multiplicar e dividir, usando dos sinais +, -, x, / e =, no quadro de Parker; Soma e subtração (não é permitido o uso de compêndio).<sup>30</sup>

Já no programa de ensino dos Grupos Escolares do mesmo período, do mesmo ano e da mesma matéria prescrevia-se o seguinte:

Rudimentos das primeiras operações pelos meios concretos, com auxílio de taboinhas ou de tornos de sapateiros, ler e escrever números e aprender a ler os mapas de números; uso dos sinais +, -, x, /, =, praticamente, nas diferentes combinações, as quatro operações fundamentais até 100; cálculo mental; problemas fáceis e algarismos romanos.<sup>31</sup>

Mesmo sendo para as mesmas séries e para crianças com praticamente a mesma idade, é possível perceber diferenças no currículo de cada instituição. Para os Grupos Escolares a disciplina de Aritmética era mais “puxada” que a mesma disciplina para as Escolas Isoladas. Essa questão pode estar diretamente relacionada à educação moderna e ao fato de que os grupos escolares eram a representação do regime republicano, que estava muito mais preocupado em formar e educar cidadãos “úteis” para o Brasil. Segundo Gladys Teive e Norberto Dallabrida, “a cultura escolar prescrita nos programas de ensino e nos regimentos internos dos grupos escolares em Santa Catarina tinha o intuito de formar o cidadão republicano”.<sup>32</sup>

Segundo Neide Fiori o artigo 27 do decreto n. 795 de 2 de maio de 1914 tinha como orientação geral do ensino a finalidade de obter a homogeneização da instrução, e para obtê-la “os professores tinham a obrigação de cumprir o programa de ensino em toda a sua inteireza, não sendo permitido suprimir partes, saltar ou inverter a ordem em que se acharem essas partes.”<sup>33</sup>

A ordem para conseguir a uniformidade da instrução pública em Santa Catarina era tão presente que não estava só no regulamento, mas também nos discursos dos reformadores da instrução, entre eles Orestes Guimarães, que “de modo a evitar alterações de qualquer ordem, tanto por parte de diretores quanto dos professores, proibiu terminantemente qualquer mudança tanto nos programas quanto no quadro-horário, de modo a assegurar, ‘da melhor forma possível’, a sua aplicação.”<sup>34</sup> Expressões como homogeneização e uniformidade merecem atenção, pois nem tudo o que se lê nos documentos oficiais acontecia na prática dessas instituições escolares, principalmente nas Escolas Isoladas. Esses documentos, ou melhor, as pessoas que escreveram, têm a tendência de apontar principalmente iniciativas de sucesso em seu governo, não deixando margem, muitas vezes, para mostrar onde não foi tão bom ou onde fracassou como governante. Para Roger Chartier<sup>35</sup> essas representações retratadas nas fontes “possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é”.

Os programas de ensino ganharam força e visibilidade, principalmente após a reforma educacional catarinense do ano de 1910, com o objetivo de organizar e apresentar novos conteúdos, para incutir nas crianças valores patrióticos que pertenciam principalmente ao grupo dominante, autor dos programas de ensino.

O formato dos programas de ensino tinha muito a ver com a palavra do momento para a primeira república: *ordem*, ainda mais porque “buscou-se fazer da escola primária uma instituição eminentemente republicana, comprometida com o novo regime e veiculadora dos valores e das virtudes cívico-patrióticas”<sup>36</sup> e o

<sup>30</sup> SANTA CATARINA, 1911, op. cit., p. 19.

<sup>31</sup> Idem, 1911.

<sup>32</sup> TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto, 2011, op. cit., p.27.

<sup>33</sup> FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público:** ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina – períodos imperial e republicano. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1991, p.108.

<sup>34</sup> TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto, 2011, op. cit., p. 93.

<sup>35</sup> CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. Tradução de André Dione Fonseca e Eduardo de Melo. **Revista Fronteiras**, Dourados/MS, v. 13, n. 23, p.15-29, jan./jun., 2011, p.23. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/1598/955>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

<sup>36</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. 2008, op. cit., p.40.

documento que continha os valores e virtudes ditas pela autora não poderia ser desorganizado, muito menos ter algum indício da monarquia.

O primeiro programa de ensino catarinense foi aprovado por meio do Decreto n. 588 de 22 de abril de 1911 e contemplava os Grupos Escolares e as Escolas Isoladas. Esse documento continha 21 páginas, das quais 15 eram reservadas aos Grupos Escolares e as outras 6 às Escolas Isoladas. Uma breve análise do documento já indica a distinção que o governo fazia entre essas duas instituições nas páginas destinadas aos Grupos Escolares, além das disciplinas e conteúdos havia notas que explicavam como o professor deveria ensinar as crianças, e para as Escolas Isoladas constavam apenas os conteúdos que deveriam ser trabalhados em cada disciplina, sem mais detalhes.

Com base no programa de ensino de 1911, é escrito outro programa no ano de 1914, aprovado pelo Decreto n. 796 de 2 de maio de 1914, muito mais detalhado e com mais conteúdos, principalmente para os Grupos Escolares, que tinham 59 páginas destinadas a eles; para as Escolas Isoladas nenhuma disciplina e nenhum conteúdo mudaram, e havia somente 8 páginas destinadas a elas. Nesse novo programa Orestes Guimarães foi mais incisivo quando “proibiu terminantemente qualquer mudança tanto nos programas quanto no quadro-horário, de modo a assegurar, ‘da melhor maneira possível’, a sua aplicação”.<sup>37</sup> Deixando claro para os professores que não se podiam ensinar outros conteúdos para seus alunos que não fossem os prescritos nos programas de ensino, muito menos inverter a ordem das disciplinas durante as aulas.

Após seis anos com o mesmo programa de ensino, o vice-governador (que estava em exercício no cargo como governador), Hercílio Pedro da Luz, engenheiro civil, deliberou que havia necessidade de revisão dos programas de ensino dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas, por meio do decreto n. 1322 de 29 de janeiro de 1920. O formato do programa de ensino de 1920 era diferente dos anteriores, pois neste cada instituição tinha seu documento com as disciplinas e os conteúdos, e não um documento para as duas escolas.

Para as Escolas Isoladas o perfil do programa se parecia com os primeiros programas de ensino dos Grupos Escolares, as notas para os professores começaram a aparecer, mesmo ainda de forma simples e resumida, além da inserção de novas disciplinas como Geometria, Desenho e Higiene.

Nos Grupos Escolares também houve o acréscimo de uma disciplina um tanto quanto interessante, *Lições de Coisas*, que tinha como objetivo ensinar aos alunos:

Os sentidos e seus órgãos, os serviços relevantes que nos prestam os sentidos; noções resumidas sobre as partes do corpo humano; noções resumidas sobre as partes dos vegetais em geral; noções resumidas e concretas sobre os estados do corpo; distinção das formas dos corpos, tendo à vista sólidos geométricos e outros quaisquer objetos, passando depois a representação gráfica (desenho) dos mesmos no quadro de formas geométricas; distinção das cores, para que o professor organizara uma representação do espectro solar, e coleções de papéis ou retalhos de várias cores.<sup>38</sup>

Essa matéria tem o mesmo nome do método “renovador” da reforma do ensino primário catarinense, Método Intuitivo ou *Lições de Coisas*, e a disciplina, assim como o método, começa tratando do que é mais concreto para as crianças, chegando ao abstrato, focando a aprendizagem por meio da observação direta das coisas<sup>39</sup>. Quase dez anos após o último programa de ensino dos grupos escolares e das escolas isoladas, o Poder Executivo autorizou pela Lei 1.619 de 1 outubro de 1928 a reorganização da Instrução Pública catarinense, e pelo Decreto 2.218 de 27 de outubro de 1928 foi aprovada a revisão dos atuais programas de ensino.

No documento apresentado ao Congresso Representativo do ano de 1929, mas referindo-se ao ano anterior, o governante no poder Dr. Adolpho Konder relata que precisava ser feita uma revisão dos programas. Em suas palavras:

De há muito os programas escolares vinham reclamando uma revisão que os escoimasse dos excessos e das deficiências verificadas na prática cotidiana. Usando da autorização contida em lei, determinei a necessária reforma da estrutura programática do ensino público, feito de acordo com o parecer e as sugestões de uma comissão técnica, por mim escolhida e composta

<sup>37</sup> TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto, 2011, op. cit., p. 93.

<sup>38</sup> SANTA CATARINA, 1920, op. cit., p. 12.

<sup>39</sup> TEIVE, Gladys Mary Ghizoni, 2008, op. cit.

do Sr. Diretor da Instrução, como presidente, e dos Srs. Orestes Guimarães, Francisco Barreiros Filho, João dos Santos Areão, Luiz Trindade e Sra. Delia Regis.<sup>40</sup>

Quanto ao programa de ensino do ano de 1928, pode-se considerar o mais completo para as escolas isoladas, e sua estrutura começava a se parecer com a do programa de ensino dos Grupos Escolares, as notas que auxiliam na didática do professor vieram menos resumidas e mais pontuais, além de incluídas novas disciplinas. Com os Grupos Escolares a principal mudança foi a também inclusão de novas disciplinas.

### Ensino de História e o “são patriotismo”

O professor deve lembrar-se de que a História Pátria é um dos principais elementos da educação do povo. Aproveite, por isso, a oportunidade para despertar nos alunos sentimentos de são patriotismo.<sup>41</sup>

A nota aos professores, chamando a atenção para a importância de “despertar nos alunos sentimentos de são patriotismo”, aparece logo na sequência dos conteúdos de História que deveriam ser ensinados às crianças catarinenses dos Grupos Escolares, em 1928. As representações nela contidas referentes à “História Pátria e a educação do povo” devem ser lidas a partir do recorte social da Primeira República e das práticas que constituíram a educação como resposta ao problema da degeneração da raça brasileira. Os espaços em que se constroem os sentidos sobre o progresso da nação entrecruzam-se com o de “são patriotismo” e participam do repertório de construção de sentidos de mundo de grupos e indivíduos historicamente situados. Povo, raça, civismo, educação, progresso, pátria são alguns dos índices de um vasto conjunto de práticas discursivas que informam percepções do social da elite intelectual e política do novo regime. Certamente que, longe de constituírem-se em discursos neutros, essa retórica exaustivamente repetida produziu estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas). Tal assertiva pode ser acompanhada no relatório do inspetor escolar José Duarte de Magalhães em 1916:

Nota: Falta um relógio, um quadro de Parker, um estrado para mesa da professora e, principalmente, **uma bandeira do Estado, que muito contribuirá sem dúvida para que se infiltrem no ânimo das crianças os verdadeiros sentimentos da pátria.** (Grifos nossos)<sup>42</sup>

Esta nota refere-se à Escola Isolada localizada na cidade de Florianópolis, no bairro José Mendes, que era uma escola mista e regida pela professora normalista D. Carlota Cordeiro da Luz. Chama a atenção nesse trecho a importância que o inspetor escolar atribui à bandeira, como um símbolo para incutir nas crianças o sentimento patriótico tão valorizado na época.

Ainda no mesmo relatório, José Duarte de Magalhães aponta que a Escola Isolada masculina localizada na cidade de Florianópolis, no bairro de Coqueiros, regida pelo professor Manoel José Lamim, estava em decadência pelo fato de o professor estar muito cansado e velho, seu método de ensino ser muito arcaico, não cumprir o programa destinado às escolas isoladas, entre outros fatores. Segundo o inspetor os alunos “desconhecem completamente os 4 hinos nacionais<sup>43</sup>, o que julgo ser um crime para a educação cívica da mocidade.”<sup>44</sup>

Fazer com que as crianças soubessem os principais cantos cívicos republicanos era uma questão relevante, pois “a música é um dos mais poderosos meios de conservar a nossa unidade nacional.”<sup>45</sup> Esse ponto

<sup>40</sup> SANTA CATARINA. RAMOS, Vidal José de Oliveira. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo**. Florianópolis: Gab. Tyo. D'O Dia, 1929, p. 73.

<sup>41</sup> Nota aos professores referente aos conteúdos de História para o terceiro ano dos Grupos Escolares. SANTA CATARINA. **Programa de Ensino dos Grupos Escolares**. Aprovado pelo decreto n. 2.218, de 24 de outubro de 1928. Florianópolis: Tipografia da Livraria Moderna, 1928, p. 31. Nesse trabalho as grafias do século XIX e início do século XX foram atualizadas, seguindo as normas atuais da língua portuguesa.

<sup>42</sup> SANTA CATARINA. **Relatório do Inspetor Escolar José Duarte de Magalhães**. 1916, p.1.

<sup>43</sup> Os quatro hinos nacionais são: Hino da Bandeira Nacional; Hino da Independência; Hino da Proclamação da República e Hino Nacional do Brasil.

<sup>44</sup> SANTA CATARINA, 1916, op. cit., p. 7.

<sup>45</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, Civilização e Trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)**. São Paulo: Loyola, 1990, p. 95-162, p. 120.

quanto aos hinos é percebido no trecho anterior do relatório do inspetor escolar, que enfatiza a falta de conhecimento dos alunos com relação aos hinos nacionais.

Durante todo o relatório, o inspetor informa ter realizado em algumas escolas isoladas testes com os alunos com relação a algumas disciplinas, e na maioria das instituições o conhecimento de História era testado. Se os alunos soubessem o conteúdo e os hinos nacionais, o professor era elogiado quanto ao seu método de ensino e ao cumprimento do programa de ensino para as Escolas Isoladas.

Compreende-se que “a instituição escolar não se limita, pois, a reproduzir o que está fora dela, mas sim o adapta, o transforma e cria um saber e uma cultura próprias. Uma dessas produções ou criações próprias, resultado da mediação pedagógica em um campo de conhecimento, são as disciplinas escolares.”<sup>46</sup> Com essa perspectiva é que o termo *disciplina escolar* é utilizado neste artigo.

A escola foi peça fundamental na engrenagem republicana, e à História e ao ensino de História investiam-se responsabilidades bem definidas, como a de consolidar a História Pátria e com isso impor padrões culturais e formar cidadãos republicanos.<sup>47</sup> A reforma levada a cabo em 1911 trouxe para o cenário educacional catarinense novos programas de ensino, que tinham como objetivo mostrar e organizar de forma didática e pedagógica os conteúdos que seriam ministrados a partir daquele momento.

Conforme já explicitado, os conteúdos dos programas de ensino das Escolas Isoladas eram diferentes dos conteúdos para os Grupos Escolares, o que fica bem evidente quando analisamos as prescrições para o ensino de História. Destaca-se que a disciplina de História tinha um prestígio maior que as outras, pelo fato de ser crucial para manifestar nos alunos o sentimento de amor pela sua pátria. Segundo postulam Cristiani Bereta da Silva e Ernesta Zamboni:

A História do Brasil, no regime republicano, assim como o fora no regime imperial, possuía objetivos bem claros: formar a identidade nacional, construir um passado comum com o qual os brasileiros pudessem se identificar. O recorte da história nacional com seus desfiles de feitos e heróis participava do trabalho de nacionalizar os cidadãos pelo ensino e exaltação daquilo que seria o seu passado comum.<sup>48</sup>

A disciplina de História no programa de ensino das Escolas Isoladas tinha como objetivo previsto: “Explicações dos fatos que motivaram as datas nacionais: Caramuru, Thomé de Souza, Anchieta, Nóbrega, Dias Velho Monteiro, Duque de Caxias e Ozório. Mostrar a tenacidade dos brasileiros expulsando os franceses do Rio e Maranhão; os holandeses da Bahia e Pernambuco; os espanhóis de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Episódios do Paraguai”.<sup>49</sup>

No programa dos Grupos Escolares, a disciplina de História começa a ser lecionada no 2º ano, a orientação com relação ao conteúdo que o professor precisava passar para seus alunos era a de “Desenvolvimento das ideias que os alunos já tenham sobre fatos da História Pátria, dando o professor a forma de contos e salientando os personagens que neles tomaram parte importante. Palestras, de preferência sobre fatos e atos que despertem sentimentos de patriotismo, civismo, heroísmo, abnegação, etc.”<sup>50</sup> Nos dois anos seguintes (terceiro e quarto), a matéria de História traz como conteúdo para ser estudado alguns personagens marcantes, como, por exemplo, Tiradentes<sup>51</sup>, Cristovão Colombo, Vasco da Gama, e acontecimentos importantes, como a Proclamação da República, Vinda da Família Real para o Brasil, etc. Estudar os personagens ilustres do país era muito importante, pois era através de exemplos como Tiradentes, o “herói” da Inconfidência Mineira, que se educava e mostrava como era valoroso lutar pela pátria.

---

<sup>46</sup> FRAGO, Antonio Viñao. A História das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 18 set/dez., 2008, p.189.

<sup>47</sup> SILVA, Cristiani Bereta da. Os programas de ensino catarinenses na Primeira República e o ensino de História. In: MORGA, Antônio Emílio. (org.). **História, cidade e sociabilidade**. Itajaí: Casa Aberta, 2011, p. 251-272, p. 254.

<sup>48</sup> SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. Cultura política e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, volume 33, n. 35, 2013, p. 135-159, p. 151. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0102018820130001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102018820130001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 fev. 2014.

<sup>49</sup> SANTA CATARINA, 1911, op. cit., p. 21.

<sup>50</sup> Idem, p. 5.

<sup>51</sup> Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), mais conhecido como Tiradentes, antes de ser considerado o herói da Inconfidência Mineira (1789) foi crucificado como o mártir desse movimento. Veio a República e junto com ela precisava-se de um personagem exemplar da história, principalmente alguém que não tivesse muita ligação com o Império. Esse foi um dos motivos pelos quais Tiradentes foi escolhido como herói, e desde o início da República o dia 21 de abril é feriado no Brasil em homenagem a ele.

No programa das Escolas Isoladas de 1914 foi introduzida a disciplina de História para o 1º e o 2º ano, pois no programa anterior somente o 3º ano tinha essa matéria. No programa de ensino de 1914 os conteúdos ministrados para os alunos das Escolas Isoladas eram os mesmos que do programa de ensino anterior.

Não há como não fazer comparações sobre as Escolas Isoladas e os Grupos Escolares quando se trata de programa de ensino e conteúdos. No programa de ensino dos Grupos Escolares de 1914, os conteúdos de História diferem muito do das Escolas Isoladas. Para o 1º ano é feito um panorama acerca do país, há notas ao professor para orientá-lo como deve seguir com a sua aula. No 2º ano a disciplina passa a se chamar História do Brasil, acrescentando-se novos assuntos acerca da história, além de também trazer notas que auxiliam a didática do professor em sala de aula, e assim acontece no 3º e no 4º ano.

Segundo mensagens oficiais, o ensino de História era tão importante nos Grupos Escolares que, em uma das mensagens enviadas ao Congresso Representativo em 1916, o governador Felipe Schimdt relata: “A educação cívica, o conhecimento da história pátria, o culto de nossas glórias e a confiança em nosso futuro fazem parte dos programas executados nos grupos escolares.”<sup>52</sup>

Havia um investimento e um interesse forte dos políticos para que os programas dos Grupos Escolares mostrassem a seus alunos, por meio dos conteúdos das disciplinas citadas anteriormente, como é ser um cidadão republicano e como fazer para valorizar e melhorar sua pátria amada, o Brasil.

Em 1920 há um novo programa de ensino das Escolas Isoladas, e nesse documento ainda permanecem temas do programa de 1911, mas são contemplados mais conteúdos na disciplina de História. No 2º ano os alunos estudavam: “Datas nacionais e seus motivos, descobrimento do Brasil, divisão em capitanias, criação de um governo geral. Os três primeiros governadores. Empreendimentos conquistadores dos franceses no Rio de Janeiro e no Maranhão, dos holandeses na Bahia e em Pernambuco, dos espanhóis em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul”.<sup>53</sup>

Para o 3º ano eram lecionados: “Datas nacionais e seus motivos; recapitulação do programa do 2º ano, a juízo do professor; vinda e regresso de D. João VI, principais fatos de seu governo no Brasil; a independência; D. Pedro I e D. Pedro II, resumidamente; a abolição e a república, resumidamente; fundação das vilas de São Francisco, Desterro, Laguna e Lages, como primeiros núcleos da formação do Estado”.<sup>54</sup>

Após oito anos um novo programa de ensino foi aprovado. É possível perceber no programa de 1928 uma diferença significativa quanto ao primeiro programa de ensino do ano de 1911. A principal diferença são as notas que auxiliam o professor a ministrar sua aula, detalhando em algumas disciplinas a melhor maneira de encaminhar a aula.

No caso dos conteúdos de História, essas notas não são muito explicativas, pedindo apenas para que o professor mostre ideias resumidas e não se preocupe com as datas – essa orientação está na nota dos anos contemplados pelo ensino de História. Os conteúdos para o 2º e o 3º ano não mudaram nada do último programa para o novo. Abaixo seguem exemplos de algumas notas relacionadas à matéria de História dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas dos anos de 1911, 1914, 1920 e 1928.

No programa de ensino de 1911, não há registros de notas, tanto para as Escolas Isoladas quanto para os Grupos Escolares. No programa do ano de 1914, observam-se desde pequenos avisos até notas pequenas, principalmente no documento para os grupos escolares.

Para os grupos escolares as notas são as seguintes: No 2º ano não há nota explicativa, e sim uma frase com a seguinte informação “*as aulas de história serão dadas nas aulas de linguagem oral, de agosto em diante.*”<sup>55</sup> A nota do 3º ano relata o seguinte:

Três fases, exposição e arguição pelo professor, exposição pelo aluno. Aproveite os mapas, sempre que possível. **O professor não deve perder oportunidade para salientar os principais fatos que demonstrem a união dos brasileiros contra as usurpações pelos estrangeiros.** (grifos no original).<sup>56</sup>

<sup>52</sup> SANTA CATARINA, 1916, op. cit., p. 20.

<sup>53</sup> SANTA CATARINA, 1920, op. cit., p. 10.

<sup>54</sup> Idem, p. 12.

<sup>55</sup> SANTA CATARINA, 1914, op. cit., p. 26.

<sup>56</sup> SANTA CATHARINA, 1914, p. 52

O grifo apresentado na nota mostra como era importante na época frisar que os brasileiros sempre estiveram unidos para combater os estrangeiros que quiseram tomar o Brasil, ensinando aos alunos como é valorosa a união entre o povo para lutar contra o inimigo. Para o 4º ano não há nenhuma nota.

Ainda no programa de ensino de 1914, mas agora para as Escolas Isoladas, há uma única observação para o 3º ano que era “sem compêndio”. Assim, como o programa anterior, o do ano de 1920 também não apresenta nenhuma nota para a disciplina de História nas Escolas Isoladas.

Para os Grupos Escolares o programa de ensino do ano de 1920 apresenta notas para o 2º e 3º ano, para o 1º a nota contém as seguintes informações: “NOTA: O ensino deve ser dado em três fases: 1ª exposição do ponto pelo professor, tantas vezes quantas forem necessárias para que os alunos aprendam a matéria; 2ª arguição do ponto pelo professor; 3ª exposição oral pelos alunos.”<sup>57</sup>

A nota na disciplina de História para o 3º ano é acrescida de um aviso enfático para o professor quanto à importância dessa disciplina para a formação dos alunos.

NOTA: O professor deve lembrar-se de que a história pátria é um dos principais elementos da educação cívica. Aproveite, por isso, todas as oportunidades para despertar nos alunos sentimentos de sã patriotismo. Três fases: 1ª exposição; 2ª arguição pelo professor; 3ª exposição pelo aluno. Aproveitem-se os mapas sempre que for possível.<sup>58</sup>

As notas para os professores quanto ao ensino de História não muda muito de um programa para outro, há apenas poucas adições de informações, como é possível perceber no documento de 1928 destinado aos grupos escolares, que segue abaixo. A nota apresentada é para o 2º ano e mostra o seguinte: “NOTA: Ideias gerais, sem preocupação cronológica, procurando despertar nos alunos o sentimento do reconhecimento e veneração aos antepassados, fundadores do estabelecimento, do lugar e do Estado. Processar o ensino nas fases já recomendadas.”<sup>59</sup> As fases já recomendadas que aparecem na nota de 1928 são as mesmas das notas dos anos de 1914 e 1920.

Para as Escolas Isoladas mais uma vez quase não há notas, e se há não são tão extensas e explicativas como as destinadas aos professores dos Grupos Escolares. A nota que segue é referente ao 3º ano de Escola Isolada para o ensino de História. Os professores deveriam apresentar para seus alunos “NOTA – Ideias muito resumidas, sem a preocupação das datas.”<sup>60</sup>

A partir da análise das fontes foi possível perceber que o ensino nas Escolas Isoladas tinha como principal finalidade instruir pautando-se em aspectos intelectuais mais amplos, como ler e escrever. Como indica o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1913<sup>61</sup>, no título III, seção III, no item 1 do Art. 72: “A geografia, a história e a educação cívica serão dadas mais sobre o ponto de vista educativo do que propriamente instrutivo”.<sup>62</sup>

Ainda sobre o ensino das escolas isoladas a autora Virgínia Ávila aponta que essas escolas,

por diferentes motivos, como a distância dos centros urbanos as precárias condições das instalações e da formação dos professores e os poucos recursos financeiros, foram levadas a ter um caráter eminentemente prático, sem oferecer aos alunos a possibilidade de ampliar os conhecimentos a partir do que estava sendo introduzido em termos de renovação educacional.<sup>63</sup>

Assim como História, a disciplina de Educação Cívica era ensinada para as crianças que frequentavam as Escolas Isoladas, de maneira bem superficial. Como exemplo segue o conteúdo ministrado para o 3º ano: “Explicação da palavra – Estados Unidos do Brasil (unidos pelo território, pela língua, pelo passado, pelos

---

<sup>57</sup> SANTA CATARINA, 1920, op. cit., p.22.

<sup>58</sup> Idem, 30.

<sup>59</sup> SANTA CATARINA, 1298, op. cit.

<sup>60</sup> Idem, p. 11.

<sup>61</sup> Aprovado pela Lei n. 967, de 22 de agosto de 1912, no governo de Vidal José de Oliveira Ramos.

<sup>62</sup> SANTA CATARINA. Regulamento Geral da Instrução Pública, 1913, p. 24.

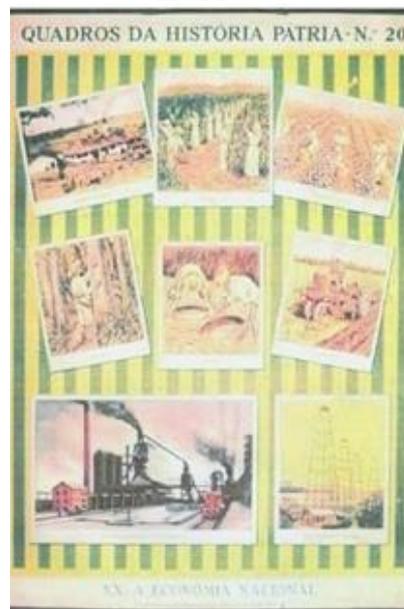
<sup>63</sup> ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): uma abordagem comparada.** 214 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2013, p. 94.

hábitos e pelas aspirações futuras). Pátria. Mostrar que a pátria não é o lugar onde nascemos, e sim o país. Governo e sua necessidade. Imposto e sua necessidade. Direito e deveres para com o estrangeiro<sup>64</sup>.

A partir desses documentos, é possível perceber que para as crianças dos Grupos Escolares o intuito era educar, ou seja, criar comportamentos, hábitos, condutas e atitudes republicanas; já o ensino nas Escolas Isoladas tinha como principal finalidade instruir, isto é, possuía como foco central aspectos intelectuais, como ler e escrever.

Observa-se que também o modo como foram selecionados e distribuídos os conteúdos de História precisa ser compreendido no contexto do método de ensino adotado à época: o método intuitivo (*as lições de coisas*). Segundo Gladys Teive<sup>65</sup> a reforma da instrução pública em Santa Catarina idealizou seu projeto assentado num novo método, uma vez que o método tradicional de ensino, baseado na repetição e na memória, havia sido condenado pela pedagogia moderna. Desse modo tanto a formação de professores/as primários/as quanto as prescrições metodológicas dos programas de ensino pautavam-se no *método intuitivo*. Tal método valorizava o papel dos sentidos da criança em seu processo de aprendizagem, incorporando as chamadas *lições de coisas*, por meio das quais se estimulava as crianças a observar os fenômenos estudados ou a representação destes por meio de imagens, entre outros recursos. Foi pensando nesse método, “ícone da pedagogia moderna” segundo Gladys Teive, que os conteúdos nos programas de ensino foram organizados em ordem de dificuldade crescente: do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, das coisas para os nomes, das ideias para as palavras.<sup>66</sup>

**Imagem 3: Quadro de História para o ensino intuitivo<sup>67</sup>**



O ensino de História para a escola primária priorizou o estudo de fatos históricos considerados mais úteis ao indivíduo e à sociedade, relegando como menos importante a preocupação com as datas. Contundente nesses programas era a representação de que ao ensino de História cabia formar para a cidadania, mas uma cidadania útil ao Estado, cumpridora de seus deveres e acima de tudo patriótica. Hipotecava-se às aulas de História do Brasil sobretudo essa função pedagógica de construir uma identidade nacional sob um passado comum, atrelado ao projeto de nação em curso.

Os saberes que circulavam pelas duas escolas eram muito distintos, porque apresentados e abordados de maneiras diferentes. Há uma questão que fica muito presente durante as leituras e pesquisas realizadas: com

<sup>64</sup> SANTA CATARINA, 1911, op. cit., p.21.

<sup>65</sup> TEIVE, Gladys Mary Ghizoni, 2008, op. cit.

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> TEIVE, Gladys Mary Ghizoni, 2008, op. cit.

a distinção tão ampla entre a educação que se dava nos Grupos Escolares e nas Escolas Isoladas, será que os alunos destas tinham com tanto afinco o sentimento de nacionalidade e o amor à pátria?

A intenção dos políticos e pensadores do período para o ensino primário vai ao encontro dos dizeres que Vidal Ramos escreveu no documento enviado para o Congresso Representativo em 1912. Para o governador “A instrução cabe desenvolver essas qualidades. Ela deve ser uma verdadeira educação, no sentido de iluminar a inteligência, aprimorar o coração e fortalecer a vontade e o caráter”.<sup>68</sup> É possível pensar na possibilidade de os programas escolares terem sido produzidos com base nessas qualidades descritas pelo governante.

A tarefa de fazer um documento que servisse de base para educar e instruir centenas de crianças catarinenses, futuros cidadãos republicanos, não foi fácil, tampouco pensar e selecionar um currículo que estivesse de acordo com os ideais que se queria inculcar nos alunos pequenos para que o sentimento de patriotismo se fortalecesse, tornando-os cidadãos úteis para o país. Para o francês Dominique Julia, “não se trata somente de alfabetizar, trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de ‘progresso’”.<sup>69</sup>

A cultura escolar se apresenta como “componente determinante do currículo”<sup>70</sup> por meio do qual essa cultura pode ser ressignificada. Sem desconsiderar a existência de uma cultura escolar dominante, entende-se que há na escola “uma série de símbolos, estruturas, normas, pautas, tons, estilos, modos, códigos, costumes, tradições, formas de atuar, maneiras de pensar”<sup>71</sup> que são próprios da sua cultura e transmitidos através das práticas curriculares, porém cada instituição possui a sua cultura escolar.

O currículo tem como objetivo legitimar certos saberes, bem como formar determinados tipos de sujeitos de uma sociedade. A classe dominante, principalmente, reafirma suas ideias nas escolas através do currículo, e é a partir dele que essa classe inculca nos educandos as suas “verdades”, sua forma de ver o mundo, privando muitas vezes os estudantes de ver e pensar a partir de outra visão, evidenciando assim as relações de poder. Para Tomaz Tadeu da Silva o currículo é entendido como

um espaço, um campo de produção e de criação de significado. No currículo se produz sentido e significado sobre os vários campos e atividades sociais, no currículo se trabalha sobre sentidos e significados recebidos, sobre materiais culturais existentes. O currículo, tal como a cultura, é uma zona de produtividade.<sup>72</sup>

Entendendo o currículo como uma “zona de produtividade”, e considerando que os programas de ensino possuíam prescrições imperativas para que os professores ministrassem as aulas seguindo rigidamente os conteúdos e métodos ali privilegiados, fica a seguinte dúvida: será que existia espaço na prática escolar dos professores das Escolas Isoladas para a chamada zona de produtividade do currículo? Acreditamos que seja possível que tivesse existido essa zona para esses docentes, que talvez pela falta de materiais didáticos, infraestrutura e formação adequada, ele precisou criar para ensinar, e o que ele criou - infelizmente - não foi considerado importante o suficiente para ser legado aos pesquisadores do presente.

---

<sup>68</sup> SANTA CATARINA. RAMOS, Vidal José de Oliveira. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo**. Florianópolis: Gab. Tyo. D' O Dia, 1912, p.34.

<sup>69</sup> JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Autores Associados, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001, p. 23.

<sup>70</sup> PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Observatório de cultura escolar: as potencialidades da centralidade da(s) cultura(s) para as investigações no campo do currículo (PPGEdu-UFMS). In: AMORIM, Antonio Carlos; PESSANHA, Eurize (Org.). **As potencialidades da centralidade da(s) cultura(s) para as investigações no campo do currículo**. 2006. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/gtcurriculoanped/29RA/trabalhos/TEGT122006.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2013, p.1.

<sup>71</sup> MARTIN, R.L. **La escuela por dentro**: perspectivas de la cultura escolar en la España del siglo XX. Valencia: Universidad de Valencia, 2011, p.21.

<sup>72</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 20.